



## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

*HISTORICAL AND HISTOGRAPHICAL WAYS OF DISTANCE EDUCATION IN BRAZIL: A POLITICAL, ECONOMICAL AND SOCIAL ANALYSIS ABOUT THE TEACHERS TRAINING EDUCATIONAL POLICY*

Miriam Lucia Vieira – CEDERJ/UAB – profmiriamredentor@gmail.com

### Resumo

*O presente trabalho tem o objetivo de, através de um levantamento histórico bibliográfico, enunciar alguns possíveis caminhos de discussão das circunstâncias políticas, econômicas e sociais que levaram à implantação da educação a distância (EAD) no Brasil e seu reflexo na política educacional de formação de professores no final do século XX e início do século XXI. O recorte espaço-temporal utilizado na pesquisa vai dos primórdios da EAD no país que remonta o início e meados do século XX, com a utilização dos correios, o rádio e a televisão, até o final do século XX e início do século XXI com a EAD via rede de internet, transformando-se em instrumento de formação de professores em nível superior, fator determinante para que o país cumprisse os compromissos assumidos com a ONU, na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia em 1990, de expandir o atendimento educacional em todos os níveis de ensino. A metodologia utilizada na pesquisa foi a análise do discurso através da consulta à legislação pertinente, que formam o arcabouço legal da implantação de EAD no país. Discutir a história da educação à distância e sua historiografia contribuirá para uma melhor compreensão, da abrangência desta modalidade educacional que vem ganhando um espaço cada vez maior em todo o sistema educacional, e de sua instrumentalização como política educacional de formação de professores, levando-nos a uma reflexão sobre seus aspectos político, econômico e social tendo como pano de fundo a conjuntura histórica de seu surgimento e evolução.*

**Palavras-chave:** *História da Educação a Distância; Política educacional; Formação de professores.*

### Abstract

*The present paper aims, through a historical bibliographical study, to suggest a few possible ways for discussing the political, economical and social scenarios that lead to the implantation of the distance education in Brazil and its influence in the teachers training educational policy by the end of the XX and beginning of the XXI century. The space and time cut on this research starts on the very first steps of Distance Education in the country, which dates back to the beginning and midst of the XX century, when letters, radio and television broadcasts were used, up to the end of the XX and beginning of the XXI century when Distance Education through internet became a mean for high education training for teachers this was a key tool to make Brazil reach the goal accorded with UN in the World Conference Education for All, in Jomtien, Thailand, in 1990: to expand the educational range to all educational levels. The methodoly used in this research was the discourse analysis of the relevant legislation, that form the legal*





*framework for implementing Distance Education in Brazil. Discuss the distance education history and its historiography will contribute to a better understanding of the coverage of this educational tool which has been getting more and more space and visibility in the educational system and also its use as a teacher training educational policy, taking us to think over its political, economical and social aspects along with its historical evolution context.*

**Keywords:** Distance Education History; Educational Policy; Teachers Training

## 1-Introdução

O Estado brasileiro experimenta transformações cujas causas resultam de um processo histórico de crescimento econômico e mudanças sociais que se sucederam em todo o mundo na segunda metade do século XX, após os dois conflitos mundiais que assolaram a humanidade. Essas transformações se iniciaram nos países desenvolvidos e, posteriormente, se estenderam aos demais países, asseguradas as peculiaridades advindas de traços culturais e de níveis de desenvolvimento econômico.

Embora de forma incipiente, o Brasil, a partir da década de 90, tem tentado enfrentar os desafios que se fizeram explícitos, sobremaneira decorrentes de um processo histórico global e do desenvolvimento tecnológico do sistema de produção mundial, acompanhado de um avanço no sistema de transporte e comunicações que, praticamente, anula o tempo e a distância (HOBBSAWN, 1995).

Emerge daí uma preocupação maior com a adaptação do homem a tais transformações, e também a busca pela ampliação da escolarização como um caminho para melhoria da qualidade de vida. Educação é um ingrediente básico em qualquer política social que busca o desenvolvimento equilibrado de um povo. Inúmeras discussões geraram políticas direcionadas à educação, visando ao resgate de uma dívida social que o país acumulou durante muito tempo.

Segundo Demo (1998; 2005), o objetivo principal de tais políticas é o de tornar o país mais autônomo, otimizando suas oportunidades de desenvolvimento.

Diante disso surge o desafio de utilizar os recursos disponíveis para otimizar a capacidade de acesso à educação de qualidade através das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), no propósito de atender a demanda crescente por formação profissional e criação de um capital social tornando o país mais competitivo e adaptado ao modelo flexível de produção.

A metodologia utilizada para desenvolver a presente pesquisa considerou o levantamento bibliográfico e a análise do discurso como forma de buscar responder às questões sobre o impacto da educação à distância na política educacional de formação de professores à partir da década de 90 no Brasil (ALVES-MAZZOTTI, 2001).





## 2- A educação a distância - uma proposta alternativa de oportunidades educacionais.

Na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien – Tailândia, em 1990, o Brasil, um dos signatários dos documentos firmados, assumiu compromissos perante à comunidade internacional de elaborar e implementar projetos educacionais objetivando satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, sendo este o primeiro artigo do Plano Decenal de Educação para Todos, com vigência de 1993 a 2003, partindo dele transformações importantes na educação brasileira, com metas definidas em diferentes frentes de condução dos problemas educacionais brasileiros, e, entre tais metas, destaca-se o programa de capacitação de professores, dirigentes e especialistas( BRASIL, 1993 ).

Outra importante ação, implementada nesse período, foi a estruturação do Sistema Nacional de Educação à Distância, através da formação de um consórcio de universidades, em articulação com o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), objetivando o desenvolvimento de programas de formação e educação continuada para discentes e docentes de todos os níveis de ensino, incluindo pesquisa e desenvolvimento no setor de novas tecnologias ligadas à educação. Através de tais ações, firmou-se a preocupação em atingir os objetivos propostos em direção ao desenvolvimento educacional, tendo em conta que a educação do novo milênio se configura em uma educação ao longo da vida. Isto se deve ao acelerado processo de produção de conhecimento e sua rápida veiculação através de meios de comunicação cada vez mais eficientes, numa esfera global. A globalização incide não apenas no mercado, mas também na maneira de ver o mundo, de aprender, nos estilos de vida e de consumo dos indivíduos, tornando-se um “sistema-mundo”. O local e o global em íntima interação, embora tecnicamente virtual, vêm promovendo uma transformação do papel da educação na sociedade, mudando suas estratégias para atender as novas demandas, obrigando a uma flexibilidade maior (BELLONI, 2006).

Neste cenário, a EAD tende a se tornar efetivamente presente nos sistemas educativos, não apenas direcionada a grupos específicos, mas assumindo funções de crescente importância, especialmente na educação da população adulta, incluindo ensino superior e formação continuada, face à progressiva obsolescência do conhecimento e da tecnologia diante dos avanços céleres da ciência em todos os campos do conhecimento e, particularmente, no desenvolvimento de novas tecnologias. O novo tipo de indivíduo e de trabalhador precisa apresentar capacidades como: autogestão, resolução de problemas, adaptabilidade e flexibilidade diante de novas tarefas, tomada de responsabilidades e aprendizagem por si próprio e, constantemente, habilidade para trabalhar em grupo de modo cooperativo e pouco hierarquizado (BELLONI, 2006).

No campo da educação, esta lógica de “massa” do sistema de produção vai evidenciar-se na expansão da oferta de educação e nas estratégias implementadas, evoluindo com a tecnologia educacional, instrumentalizada na prática docente (BELLONI, 2006).

Entendemos que o uso intensivo da tecnologia permite supor que, a longo prazo, a educação como um todo, incluindo EAD e ensino convencional, vá se transformando num complexo organismo de educação aberta, uma vez que a partir dos anos 90, as





transformações sociais e econômicas, em ritmo acelerado, aprofundaram a defasagem entre o ensino oferecido pelos sistemas educacionais e as demandas sociais de formação inicial e continuada.

Segundo Belloni (2006), podemos identificar três áreas cruciais nas quais aparece o reflexo das mudanças da economia sobre a política educacional de formação. A primeira é a ênfase na necessidade de uma força de trabalho “flexível”, altamente qualificada e com competências múltiplas; a segunda é o desenvolvimento de parâmetros nacionais de qualificação, dando aos empregadores mais poder na definição das qualificações e a terceira seria a orientação para o desenvolvimento de programas de aprendizagem aberta para facilitar o treinamento no local de trabalho e de modo individualizado.

Há várias formas de EAD que, embora sejam semelhantes, não são complementares entre si, como o caso da educação *on-line* que é realizada via internet com comunicação síncrona ou assíncrona, e o *e-learning*, sendo este uma modalidade de educação com suporte na internet, originada no setor corporativo na perspectiva de treinamento profissional, porém, a falta de interação dos professores com os alunos desses cursos, provocava uma insatisfação muito grande e, posteriormente, desistência de muitos deles, o que levou as empresas a incluírem momentos presenciais para melhor atender aos anseios de sua clientela (ALMEIDA, 2003).

## 2.2- Breve histórico da educação à distância no Brasil

A EAD chega ao Brasil num momento delicado da Educação no país, pois no início do século XX, a população urbana crescia e não havia escola pública para atender à demanda.

Um indício desse fato é o relatório de 1906, do Dr. Joaquim José Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores (que abrangia Educação), ao Presidente da República desvelando a pouca importância dada à educação presencial no país; conseqüentemente, a educação à distância não conseguiu apoio para sua difusão pelas dificuldades de comunicação em nosso país, até mesmo nos Estados de maior importância econômica (ALVES, 2005).

Em 1923, com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, liderada por Henrique Morize e Roquete Pinto, iniciou-se a educação pelo rádio. Em 1934, a criação da Rádio-Escola Municipal, no Rio de Janeiro, por Edgard Roquete Pinto, utiliza-se de emissões radiofônicas consorciadas com folhetos e esquemas de aula, mantendo a interação com os alunos, através de correspondência. A emissora foi doada ao Ministério da Educação e Saúde em 1936 e, no ano seguinte, foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. (ALVES, 2005; MARQUES, 2005).

Em 1934, o Instituto Monitor iniciou suas atividades. Sete anos mais tarde o Instituto Universal Brasileiro começou a funcionar, ambas as instituições oferecendo iniciação profissional por correspondência, sem exigência de escolaridade anterior.

O Instituto Universal Brasileiro, a seu turno, conta atualmente com um sistema de computação eletrônica que permite o registro e controle do andamento do curso, expedição de aulas e outros serviços, oferecendo um serviço *on-line* para o aluno.

O Projeto Minerva nasceu no Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura. Foi iniciado em 1º de setembro de 1970. O nome Minerva é uma homenagem à deusa grega da sabedoria. Do ponto de vista legal foi ao ar tendo como





escopo um decreto presidencial e uma portaria interministerial de nº. 408/70, que determinava a transmissão de programação educativa em caráter obrigatório, por todas as emissoras de rádio do país. Posteriormente, a obrigatoriedade passa a ser efetivamente normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 5.692/71, tendo como ênfase a educação de adultos (UFSC, 2005).

O rádio foi escolhido quando da idealização do projeto em função dos seguintes aspectos: custo mais baixo no que se referia à aquisição e manutenção de aparelhos receptores e a familiaridade da clientela com o rádio. O Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), ampliado e aprimorado na década de 90, tem sido utilizado para incrementar projetos de alfabetização, formação inicial e continuada do cidadão brasileiro, contando com uma recepção que se desenvolvem em radiopostos locais, que podem funcionar em escolas, quartéis, clubes, igrejas e outros espaços, ou até mesmo ser acionada através de um telefone público ou computador, democratizando o acesso ao conhecimento (BRASIL, 1993).

Em 1972, o Conselho Federal de Educação encaminhou uma delegação técnica para uma visita à Open University, na Inglaterra, para fazer um reconhecimento dos métodos então adotados por aquela instituição e para verificar a adaptabilidade ou não deles à realidade brasileira. Chefiada pelo conselheiro Newton Sucupira, a missão elaborou um relatório final, apontando as virtualidades da educação à distância e do método desenvolvido pela Open, enfatizando o uso de recursos pedagógicos e tecnológicos integrados para a aprendizagem, a redução de custos, em relação ao ensino convencional e possível democratização do acesso ao ensino superior, com uma possível liberação da exigência de vestibular para educação à distância. Mas essa análise não resultou em novos projetos e/ou em mudanças na legislação (VIANEY, 2007).

Essas considerações, na linha de uma Universidade Aberta, permaneceram na cena educacional brasileira nos anos 70 e 80, tendo como principais porta-vozes Arnaldo Niskier, ex-secretário de educação no Estado do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro e José Carlos Azevedo, ex-reitor da UnB. Nos anos 90, o eixo dessa proposição desloca-se para São Paulo, tendo como palco a Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED), sob a coordenação do professor Fredric Michael Litto, sem contudo, conseguirem a implantação dessa modalidade de ensino, pois dependia de muito investimento financeiro e vontade política para tanto (VIANEY, 2007).

A partir de setembro de 1995, com a criação da Secretaria de Educação à Distância (SEED/MEC), entrou no ar a TV Escola, um canal exclusivo, via satélite, para promover a capacitação e atualização permanente dos professores. Todas as escolas de ensino fundamental, com mais de 100 alunos receberam um kit tecnológico básico para captar e gravar as transmissões - antenas parabólicas, aparelhos de televisão, videocassetes e fitas VHS, no início das atividades. Posteriormente, as escolas passaram a receber o kit com DVD, o que tinha por objetivo aprimorar os conhecimentos dos professores, que também puderam enriquecer suas atividades com os alunos em sala de aula. Através da TV Escola, uma parcela considerável de professores pode entrar em sintonia com as grandes possibilidades pedagógicas oferecidas pela Educação à Distância.

A história da educação à distância no Brasil, apesar de pontuada por inúmeras e diversificadas iniciativas na área, mostra uma descontinuidade radical, na grande maioria dos processos que se instituíram, desde o começo do século XX, até a metade dos anos 90.





O processo de inovação na EAD, com o uso regular de tecnologias da comunicação e da informação, tem a constituição de seus primeiros agentes no ano de 1995. Nesse ano, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) criou o Laboratório de Ensino à Distância (LED), em Florianópolis; a Universidade Anhembi-Morumbi, em São Paulo, criou o Departamento de Ensino Interativo à Distância, e a Escola Paulista de Medicina (hoje Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) criou o projeto Unifesp Virtual. Essas três universidades foram pioneiras no Brasil na criação de ambientes próprios para o uso da Internet, como mídia educacional qualificada. A UFSC aprofundou-se, também, no conceito e uso de mídias integradas, oferecendo EAD por videoconferência, teleconferência, CDROM, vídeo-aulas, sistemas de telefonia e material impresso (VIANEY, TORRES e SILVA 2003).

Em 1997, a Universidade Federal de Pernambuco oficializou o projeto Virtus, criado por professores da instituição, em 1996, como um núcleo de pesquisa do ciberespaço. Após sua institucionalização, o Virtus inicia a oferta de atividades de disciplinas presenciais pela Internet e a construção de ambientes virtuais de aprendizagem, com tecnologia desenvolvida na própria universidade. No ano seguinte, o Virtus ofereceu disciplinas completamente on line e começou a formar parcerias externas, para realizar cursos on line, por demanda. Em 1998, a Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia lançou cursos de extensão na área de Comunicação e Jornalismo, via Internet. Em 1999, a Universidade de Brasília (UnB) passou a utilizar recursos de terceira geração, para oferecer disciplinas de cursos presenciais pela Internet e apresentou também um programa de especialização em EAD via Internet. A

Universidade Federal de Minas Gerais utiliza a Internet para oferecer cursos de autoaprendizagem em Informática, desde 1996 (IBID).

Um exemplo de Universidade Aberta, já em funcionamento no Brasil há algum tempo, formada como um grande protocolo de intenções, antes mesmo de seu reconhecimento legal, é a Rede Universitária Virtual do Brasil (UNIREDE), criada em agosto de 2000, por um consórcio de 70 instituições públicas de ensino superior. Hoje conta com 80 instituições, tendo como maior objetivo a formação de docentes dos ensinos fundamental e médio que não possuem diploma de nível superior, em atendimento a uma exigência para a Década da Educação de que todo o profissional da educação, em exercício, deveria ter concluído ensino superior ou formação em serviço (FRANCO, 2006).

É mister citar as experiências do Curso de Pedagogia à distância, pioneiro no Brasil, oferecido pela Universidade Federal do Mato Grosso em consórcio com o governo do Estado do Mato Grosso e a Universidade Estadual do Mato Grosso e o Projeto Veredas, desenvolvido em Minas Gerais em ação consorciada entre governo e várias instituições de educação superior desse estado, visando conferir formação superior para os professores atuantes nas séries iniciais das escolas públicas. Outra experiência, alvo desta pesquisa, e que, portanto, merece maior destaque é o CEDERJ, uma iniciativa do governo do Estado do Rio de Janeiro, congregando as universidades públicas locais (federais e estaduais), visando inicialmente à área de licenciatura e, atualmente, também a outras áreas profissionais. A Lei Complementar nº 103 de março de 2002, transforma o Centro de Ciências do Rio de Janeiro em fundação CECIERJ (Fundação Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (FRANCO, 2006).

Neste panorama de um breve histórico da educação à distância no Brasil é relevante abordarmos, particularmente, a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), que





constrói, desde 2000, ano de sua criação, um espaço de discussão e ação para o desenvolvimento no campo do conhecimento em que se situa a educação à distância.

A ABED é uma sociedade científica, sem fins lucrativos, que tem como finalidades: o estudo, a pesquisa, o desenvolvimento, a promoção e a divulgação da educação à distância, com sede em São Paulo, Brasil, como enuncia o artigo primeiro de seu Estatuto de 2004, em vigor (ABED,2006).

### 2.3- A Universidade Aberta do Brasil (UAB)

O Fórum das Estatais pela Educação, instituído em 21 de setembro de 2004, teve a coordenação geral do Ministro Chefe da Casa Civil, a coordenação executiva do Ministro de Estado da Educação e a participação efetiva e estratégica das Empresas Estatais brasileiras, se constituindo num espaço de discussão referente aos desafios, gargalos, oportunidades e, ainda, à articulação de ações conjuntas na área da educação. Após o consenso em torno de um plano de trabalho, os debates foram dirigidos para a definição de um conjunto de ações que pudessem levar à solução dos problemas e ao aproveitamento das oportunidades.

Nesse sentido, o Fórum das Estatais participou da criação de vários projetos de cunho educacional como: Brasil Alfabetizado, no sentido de promover a alfabetização e inclusão social; Escola Aberta, para o aprimoramento da qualidade na educação básica; Escola na Fábrica, para ampliação do ensino técnico e profissional; o Projeto Universidade Aberta do Brasil, para expansão da educação superior pública.

Nesse sentido, o Fórum das Estatais participou da criação de vários projetos de cunho educacional como: Brasil Alfabetizado, no sentido de promover a alfabetização e inclusão social; Escola Aberta, para o aprimoramento da qualidade na educação básica; Escola na Fábrica, para ampliação do ensino técnico e profissional; o Projeto Universidade Aberta do Brasil, para expansão da educação superior pública.

O Decreto nº. 5.800, de 8 de junho de 2006, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U), dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil, ficando, assim, instituída em todo o território nacional, sendo um sistema de colaboração entre a União e os entes federativos, em articulação com polos de apoio presencial em educação à distância, funcionando como unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas de EAD ofertados, que já vinham sendo aplicados em alguns estados brasileiros.

O Fórum das Estatais, que em 2004 tinha como objetivo apenas a união de setores empresariais, instituições de ensino superior públicas e privadas, para discutir metodologias, pedagogia, material didático, entre outros temas, tem se tornado uma realidade, através da Universidade Aberta do Brasil conta atualmente com 631 polos espalhados por todas as regiões do país (UAB; 2016).

As parcerias, além de otimizar os gastos, que são altos, mostram-se importantes na produção do material e dispersão do atendimento já que, com mais polos regionais, mais pessoas serão atendidas.

## 3- O arcabouço legal para a implementação de educação à distância no Brasil.

Ao assumir o compromisso frente à comunidade internacional por ocasião da Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990, o Brasil, através da Portaria nº489, de 18 de março de 1993 criou a Comissão Especial para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos, convidando a sociedade organizada, através de várias entidades





participantes de uma série de debates, a estar construindo um plano que traçasse o perfil de uma educação comprometida com a universalização e a qualidade deste atendimento.

Em 1996, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-(LDBEN), Lei nº. 9394/96, tornando realidade o que no Plano Decenal de 1993 era apenas um esboço, trazendo novas diretrizes para a educação no país. Ressalta-se em seu artigo 47 § 3º, e em especial o artigo 80, a menção feita à Educação à Distância, regulamentando a criação de programas de ensino à distância em todos os níveis, modalidades de ensino e de educação continuada, introduzindo novos formatos que viessem atender às particularidades educacionais presentes em um país de dimensões continentais, onde comungam diferentes realidades e onde as desigualdades regionais e sociais se fazem presentes, sendo o ensino universitário um privilégio de poucos.

A Lei 9394/96, em seu § 1º do artigo 87, estabelece prazo para que a União encaminhe ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE), contendo diretrizes e metas para cada modalidade de ensino com vigência pelo prazo de 10 anos. Originou-se dessa exigência a Lei nº. 10.172/2001, o Plano Nacional de Educação, que é uma referência importante para se avaliar a política educacional, aferindo as verdadeiras prioridades do Estado, embora a hierarquia e a ênfase em tais prioridades estejam sujeitas à decisão no plano do governo, isto é, as diretrizes políticas são estabelecidas no cenário do projeto do governante, no exercício de seu mandato.

Na estrutura do Plano Nacional de Educação encontram-se, entre as modalidades de ensino, a Educação à Distância e Tecnologias Educacionais, estabelecendo seus objetivos, diretrizes e metas, dentre as quais se destaca a necessidade de iniciar a oferta de cursos à distância em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica e para as demais áreas, formando também recursos humanos para educação à distância.

As bases legais da Educação à Distância (EAD) no Brasil foram estabelecidas pela LDB 9394/96, em atendimento aos preceitos constitucionais de expansão da educação superior no país, consolidada pelo Decreto nº2494/98, também pelo Decreto 2561/98 e pela Portaria Ministerial nº301/98. Esta legislação específica foi discutida pela Comissão Assessora para Educação Superior à Distância, criada pela Portaria MEC nº. 335, de 6 de fevereiro de 2002, por trazer uma série de empecilhos concernentes à aprovação e reconhecimento de cursos à distância em nível superior, mesmo em se tratando de instituições que já possuíam o mesmo curso na modalidade presencial. Como desdobramento da proposta inicial, a Comissão construiu um consenso em torno da necessidade de se reformular a legislação relativa à educação à distância, emprestando novos significados aos dispositivos da LDB e, conseqüentemente, foram revogados os decretos acima relacionados (BRASIL, 2002).

Na proposta de regulamentação elaborada pela Comissão Assessora constam os tópicos das alterações sofridas pela legislação destinada a regulamentar a educação à distância no país:

- I) Definição de educação à distância; II) Credenciamento de Instituições; III) Competências dos sistemas de ensino na supervisão da educação a distância; IV) Autorização e reconhecimento de curso; V) Matrícula e aproveitamento de estudos; VI) Certificados e diplomas; VII) Convênios e acordos nacionais e internacionais; VIII) Avaliação de alunos e avaliação institucional (ABED, 2006).





Esse documento trata, em específico, cada tópico, estabelecendo as normas que devem ser postas em prática a partir da regulamentação da nova legislação que estará embasada na LDBEN 9.394/96, originando a minuta de um decreto que se encontrava em discussão pela sociedade civil até finais de 2005, vindo a esboçar o Decreto nº5622/05 de 19 de dezembro de 2005, que entrou em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, em 20 de dezembro do mesmo ano. Temos, portanto, uma nova legislação que regulamenta a EAD no Brasil (BRASIL, 2002; ABED, 2006).

O Estado do Rio de Janeiro adotou, desde 2002, uma orientação política voltada para a educação à distância, através do Decreto nº. 31.114/2002, que dispõe sobre o Estatuto da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância (CECIERJ). No seu artigo 2º constam os objetivos da Fundação, que se concentram em oferecer:

[...] educação superior gratuita e de qualidade, na modalidade à distância, para o conjunto da sociedade fluminense; divulgação científica; formação continuada de professores do ensino fundamental, médio e superior, promovendo a expansão e interiorização do ensino gratuito e de qualidade no Estado.

Demo (1998) enuncia que esta ação se destina ao cumprimento da função social da universidade que é a democratização do ensino superior sem a perda da qualidade formal, fazendo deste lócus um centro de produção do conhecimento útil à sociedade e de formação de profissionais capazes de manejar conhecimento com autonomia.

O Ministério da Educação tem priorizado a licenciatura nos processos de reconhecimento ou renovação de cursos. O objetivo é atender a demandas para a formação de professores, principalmente da área da educação básica, onde há carência de professores no ensino médio e segundo ciclo do ensino fundamental, com formação de nível superior em licenciatura. Orlando Pilati, coordenador-geral de Acreditação de Cursos e Instituições de Educação Superior, do Departamento de Supervisão de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), afirma que é mister dar prioridade a esses cursos devido à necessidade dos sistemas de educação, municipal e estadual. O MEC procura, também, dar prioridade para cursos com turmas formadas, agilizando sua acreditação (ANUP, 2005).

#### 4- Considerações finais

A EAD não foi institucionalizada apenas para formar professores em nível superior, atendendo a uma demanda social. Vai muito além, quando compreendemos o objetivo da EAD e percebemos que o perfil do professor formado por esta modalidade é ideal para atender à “sociedade da informação”, cujos cidadãos terão que manusear bem as ferramentas informacionais, já manejadas com precisão pela nova geração.

Esta modalidade dá aos alunos autonomia, familiaridade com a tecnologia, pois a utiliza em seu dia-a-dia de estudante e, posteriormente, deverá facilitar a sua utilização na prática do magistério. O professor formado à distância terá, também, a seu favor a formação em tecnologia educativa, já que esta é uma das suas principais ferramentas pedagógicas desde a licenciatura. Os alunos do ensino básico já estão inseridos na “sociedade do futuro”,





pois convivem diariamente com a tecnologia presente em todas as atividades humanas. É preciso uma formação de professores que acompanhem o ritmo acelerado de mudanças pelas quais passa a sociedade.

Quando unimos as realidades de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas no sentido de refletir sobre práticas inovadoras de ensino, possibilitando melhores resultados de aprendizagem, estamos favorecendo a evolução do nosso sistema educacional como um todo. A EAD é uma modalidade deste sistema, que, evoluindo, poderá inserir novos caminhos em todo o conjunto educacional do país.

## 5-Referências

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini, Políticas Educacionais: O ensino nacional em questão, In: SEVERINO, Antonio Joaquim, FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (orgs), **Educação a distância: Diretrizes políticas, práticas e concepções**. Campinas. S.P, Papirus, 2003.

ALVES, João Moreira. **Educação a distância e as novas tecnologias de informação e aprendizagem**. Disponível em: <http://engenheiro2001.com.br>. Acesso em 14/07/2005.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, São Paulo/ SP, 2001.

ANUP, **Informativo da Associação Nacional das Universidades Particulares**, Ano 4, nº024, Brasília;ANUP, março, 2005

BARRETO, Raquel Goulart. (org), Tecnologias educacionais e Educação à Distância: avaliando políticas, In: **As políticas de formação de professores: Novas tecnologias e Educação à Distância**. Coleção Educação e Sociedade: Rio de Janeiro, Quartet, 2001.

BELLONI, Maria Luiza, *Educação a Distância*, 4ª edição, Campinas, SP; Autores Associados, 2006.

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari Knopp, **Investigação qualitativa em Educação**, Porto Editora, 1994, Portugal p.89-91.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 23/12/96.

BRASIL, **Plano Decenal de Educação para Todos**.- Brasília: MEC, 1993- Versão acrescida 136p.

CASTRO, Flávio, **Educação a Distância e Políticas Públicas no Brasil: Uma experiência do Núcleo de Educação da Universidade de Brasília**, Disponível em, <http://abed.com.br.htm>, Acesso em 10/10/2004

CEDERJ, **Informativo sobre o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas** . Disponível em <http://cederj.edu.br/biologia> . Acesso em 08/10/2005.

DEMO, Pedro. **A Educação do futuro e o futuro da Educação**, Campinas, Autores Associados, 2005.

DEMO, Pedro. *Desafios Modernos da Educação*, 11ª edição, ed. Vozes, Petrópolis, 2001.

DEMO, Pedro. *Política Social do Conhecimento e Educação*. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. RBAPAE, Brasília, nº2, p169-320. Jul/dez, 1998.





FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Golan, Qualidade de Ensino-um conceito multidimensional. In: *Educação Escolar: identidade e diversidade*; Marlene Fagundes Carvalho Gonçalves (org): Insular-2003.

FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. O Programa Pro-Licenciatura : gênese, construção e perspectiva. In: *Desafios da Educação a Distância na formação de professores*, Brasília- D.F, SEED/MEC, 2006, p. 211-223.

GOMES, Cândido Alberto, *Ensino Superior a distância: Lições de três experiências*, In: *Universidade do 3º Milênio*, vol 1, Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 1993.

HOBBSAWN, Eric, *Era dos Extremos: o breve século XX; 1914-1991*, trad. Marcos Santarrita- São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LÉVY, Pierre. *O que é Virtual?*, Coleção Trans, Editora 34, 1996.

MARQUES, Camila. *Ensino a distância começou com as cartas a agricultores*. Disponível em: <http://www.folhaonline.com.br>, Acesso em 16/08/2013

MOTA, Ronaldo, CHAVES, Hélio, CASSIANO, Webster Spiguel, Universidade Aberta do Brasil: democratização do acesso à educação superior pela rede pública de educação à distância, In: *Desafios da Educação à Distância na formação de professores*, Brasília- D.F, SEED/MEC, 2006, p. 13-27.

MOTTA, Luiz- *Educação à Distância passaporte para o presente*, Revista da TV Escola nº 32 Ago/Set, MEC, Brasília, 2003.

PARO, Vitor Henrique, *A gestão da Educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública*. Luiz Heron da Silva In: *a Escola cidadã no contexto da globalização*, Vozes, 1999.

PRETTO, Nelson de Luca...[ et al ] *Desafios para a educação na era da informação: O presencial, à distância, as mesmas políticas e o de sempre*, In. *As políticas de formação de professores: Novas tecnologias e Educação à Distância*. Coleção Educação e Sociedade; Rio de Janeiro, Quartet, 2001.

SANTOS, Andréia Inamorato dos. *A Universidade Aberta Britânica: aberta às pessoas, lugares, métodos e idéias*. In: *Desafios da Educação à Distância na formação de professores*, Brasília- D.F, SEED/MEC, 2006, p. 13-27.

TEDESCO, Juan Carlos, *O novo pacto educativo: Educação, competitividade e cidadania na Sociedade Moderna*, Editora Ática, São Paulo/SP, 1998.

UAB - Decreto nº 5.800/06 que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina, *Educação a Distância Via Rádio*, Disponível em : <http://www.ufsc.br/disc/tecmc/bahia>. Acesso em 14/05/06.

VIANEY.J., TORRES, P.e SILVA, E. *A universidade virtual no Brasil: o ensino superior no país*. Tubarão: Ed. Unisul, 2003.

VILLARDI, Raquel e OLIVEIRA, Carlos Alberto, *Educação Superior: Em tempos de avaliação*, In: Rinalva Cassiano Silva (org) *Educação para o século XXI: dilemas e perspectivas*, UNIMEP, 1999.

